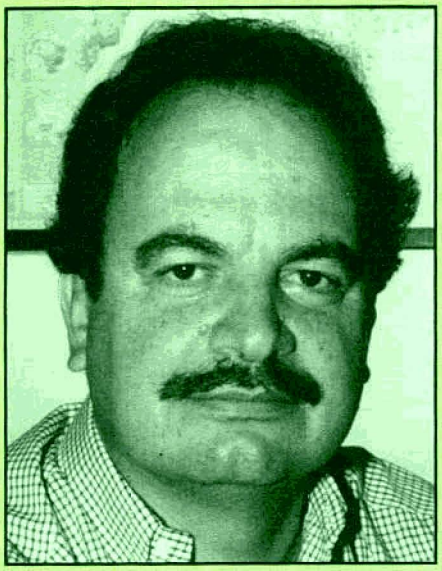
CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A volta do censo agropecuário



Lenildo Fernandes da Silva

Na Antigüidade, os governantes realizavam o censo para saber de quantos homens dispunham para a guerra e de quem poderiam cobrar impostos para financiá-la. Hoje, as necessidades, assim como as guerras, são outras, mas a importância desse mapeamento só aumentou. Após mais de 10 anos, o Brasil volta a realizar seu censo agropecuário. Por R$130 milhões e utilizando um exército de mais de 100 mil recenseadores, o IBGE concluiu, em dezembro, a fase de coleta de dados. Enquanto as informações são esquadrinhadas, o coordenador dessa megaoperação, Lenildo Fernandes da Silva, diretor de Pesquisas do IBGE, traça nesta entrevista um quadro das pesquisas relativas à agropecuária no Brasil e no Mercosul, comenta as nuanças desse censo e adianta em primeira mão novidades que as informações iniciais começam a revelar.

■ *O censo está sendo realizado com um intervalo de mais de 10 anos em relação ao anterior, e a ansiedade pelos resultados é grande. Qual a previsão para a divulgação desses resultados?*

— Estimamos que em seis ou oito meses o censo esteja todo apurado e já haja condições de fazer a divulgação geral de seus resultados.

■ *No censo há uma mudança do período de referência, que passa do ano civil para o ano agrícola.*

— Cabe esclarecer que o IBGE já fez censos agropecuários tendo como data de referência o ano agrícola. A partir dos anos 70 é que passamos a trabalhar com o ano civil. Isso não é novo no IBGE.

■ *Mas por que voltar agora a tomar o ano agrícola como referência?*

— Por vários fatores. Primeiro porque já existia uma tendência interna forte para trabalhar com o ano agrícola para facilitar a obtenção de informações. Quando utilizávamos o ano civil, os dados coletados (entre 1º de janeiro e 31 de dezembro) misturavam informações de duas safras. Como boa parte dos agricultores não tem registros contábeis e as informações acabavam sendo fornecidas de memória, era natural que se misturassem gastos de uma safra com produção de outra.

Em que pese à conveniência de transferir o período de referência do censo agropecuário para o ano agrícola, só agora isso foi feito, em virtude da decisão de, com vistas à redução dos custos, realizar-se a coleta conjunta no meio rural das informações de contagem populacional e do ano agropecuário. Na negociação com o governo, ficou claro que não teríamos recursos para viabilizar a realização da contagem e do censo agropecuário separadamente. Se não o fizéssemos agora, não haveria garantias de quando poderíamos conseguir recursos para o censo agropecuário. Foi pegar ou largar: existiam recursos disponíveis, contanto que as operações fossem casadas. Em função disso, decidimos fazer o censo, até porque o país está sem informações censitárias em relação à agropecuária desde 1985.

■ *Embora haja vários argumentos favoráveis a essa alteração, será possível fazer comparações entre o novo censo e os anteriores?*

— As variáveis estruturais estão sendo tomadas com a mesma data de referência dos censos anteriores. Já as variáveis de fluxo, ligadas à produção, obviamente são levantadas em períodos diferentes dos anteriores. Mas isso não deve na verdade trazer grandes dificuldades, porque existem procedimentos estatísticos que tor-

nam possível conciliar essas alterações.

■ *Os demais censos econômicos foram substituídos por um censo cadastral. Há planos de fazer o mesmo com a agropecuária no futuro?*

— Os censos econômicos de indústria, comércio, serviços, transporte e construção não serão mais realizados da forma tradicional. Essa é a tendência internacional. Censos tão abrangentes, do ponto de vista espacial, temático e das unidades informantes são cada vez mais impraticáveis. Por vários motivos. Uma operação muito complexa acaba causando um impacto nas instituições produtoras de informações. Isso sempre gera problemas sérios do ponto de vista da disponibilidade de recursos e de recrutamento de pessoal; acaba afetando o conjunto das outras produções regulares de informação, além de custar muito caro. Exige, ademais, uma logística comparável à preparação de uma operação de guerra. Além do mais, essas investigações exaustivas demoravam muito para ser apuradas e divulgadas, e ficavam tão defasadas em relação à ocorrência do evento investigado que deixavam de ser informações importantes do ponto de vista das decisões a curto e médio prazos. Por isso mesmo, os países optaram por não realizar grandes operações, passando à construção de um cadastro central e, a partir daí, a realizar anualmente pesquisas de atualização cadastral. Ou seja, o censo temático foi substituído por um censo cadastral, que se mantém atualizado através de pesquisas periódicas e de registros administrativos. Existem vários desses registros que podem contribuir para a atualização do cadastro. Assim, é possível desenhar pesquisas mensais e anuais muito mais atualizadas, do ponto de vista do cadastro e da classificação de atividades, e mais ágeis no que respeita à divulgação de resultados. Antes, era necessário esperar a apuração de todo o censo para fazer a revisão do cadastro e da classificação. Como o censo demorava a ser apurado, tínhamos uma informação defasada, o que afetava a própria revisão das pesquisas estruturais e anuais, cujas amostras dependiam do cadastro e da classificação derivada do censo.

Transferimos o período de referência do censo agropecuário para o ano agrícola e reduzimos os custos, realizando a coleta conjunta, no meio rural, das informações de contagem populacional e do ano agropecuário.

■ *E em relação à agropecuária?*

— Nessa área temos uma certa dificuldade de fazer isso, pois não há registros administrativos suficientes. Se na indústria, no comércio e nos serviços, além da pesquisa cadastral, podemos nos valer do cadastro da Receita Federal, da Rais do MT ou do registro nas juntas comerciais. Na agropecuária isso é muito mais difícil. Muitos dos estabelecimentos agropecuários não são propriedades formalmente constituídas, mas unidades de produção de duração breve, sem localização definida e que na maioria das vezes não têm razão social. Apesar das dificuldades, não vamos continuar fazendo censo agropecuário no ano 2000 da mesma forma que hoje. Provavelmente, este é o último censo tradicional que realizamos no IBGE. Para o ano 2000, esperamos trabalhar com duas alternativas. Uma delas é investigar apenas algumas variáveis estruturais básicas — como tamanho e posse da propriedade, uso da terra ou número de pessoas ocupadas —, através de uma pesquisa de caráter censitário e, no que diz respeito às demais variáveis, trabalhar com amostras de áreas. A outra alternativa seria utilizar questionários diferenciados por tipo de atividade, por tamanho de estabelecimento etc.

■ *Os resultados de uma pesquisa amostral são confiáveis?*

— A ciência estatística está muito avançada no tratamento de amostragens, que não põem em risco a produção de resultados de qualidade. Aliás, risco hoje é gastar dinheiro público com investigações universais quando se dispõe de instrumentos científicos suficientes para realizar investigações de muito boa qualidade por meio de amostras.

■ *Qual a sua avaliação do trabalho de coleta de dados e quanto tempo se gasta nessa operação?*

— A coleta de informações censitárias é uma operação complexa, de grande envergadura. Num curto período de tempo, temos 110 mil pessoas nas ruas colhendo informações tanto num apartamento na avenida Atlântica, quanto numa propriedade rural no estado do Rio Grande do Sul ou numa cabana no interior da Amazônia. A logística é muito complicada: os recenseadores vão a pé, de carro, de ônibus, avião, burro ou mesmo de canoa. Mas as dificuldades que vimos enfrentando já eram esperadas: temos uma experiência de 60 anos realizando operações como essa. Já temos mapeadas as questões mais relevantes. A fase dura mais ou menos quatro meses.

■ *Pode-se esperar que as informações do atual censo estejam disponíveis*

mais rápido do que nos censos anteriores?

— Sim. Entramos no censo com o sistema de apuração desenhado, já concebido e desenvolvido, diferentemente dos anos anteriores, quando a apuração era centralizada no Rio de Janeiro. A apuração descentralizada, em 20 unidades regionais do IBGE, vai agilizar fantasticamente a divulgação dos resultados.

A apuração descentralizada, em 20 unidades regionais do IBGE, vai agilizar fantasticamente a divulgação dos resultados.

■ *O IBGE realiza outras pesquisas importantes na área de agropecuária. Fale um pouco sobre elas.*

— O IBGE tem um grande número de pesquisas sistemáticas em agropecuária: o censo, o núcleo central da produção de informações nessa área, e pesquisas anuais (estruturais) e mensais (conjunturais). A pesquisa agrícola municipal, por exemplo, de periodicidade anual, levanta informações de lavouras no âmbito municipal para todo o país. O mesmo ocorre em relação à pesquisa da pecuária municipal, que também tem o censo como fonte de referência importante. Temos também pesquisas anuais de extrativa vegetal e silvicultura, pesquisas semestrais de estoque para todo o país. Além das pesquisas anuais temos as mensais. A principal delas, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), produz um indicador de curto prazo relativo ao comportamento da produção agrícola brasileira, pela previsão de safras em todo o país. Afora o LSPA, há a pesquisa sobre abates, uma amostra para o Brasil, cuja finalidade maior é contribuir para a construção das Contas Nacionais. Estamos passando por um processo de revisão dessa pesquisa, tentando buscar um nível de desagregação maior das informações que ela produz. Temos a pesquisa de ovos, de coleta trimestral e informações mensais, um painel que cobre mais de 90% da produção em todo o Brasil. Pela pesquisa sobre leite, acompanhamos mensalmente a produção das usinas de beneficiamento de leite em todo o país. Outras pesquisas auxiliares: couro, que servirá inclusive de subsídio para a reformulação da pesquisa de abates, porque com ela podemos levantar o efetivo dos animais abatidos e, através de coeficientes técnicos — como o perfil da estrutura etária —, derivar informações de boa qualidade na área de produção de animais. Com a pesquisa sobre soja, para testar os resultados do LSPA com pesquisas objetivas, estamos levantando itens como exportação de grãos, esmagamento, produção de óleo e farelo, podendo assim avaliar os dados anteriores. Mas como ao longo dos anos esse levantamento revelou que os dados do LSPA são de boa qualidade, provavelmente desativaremos essa pesquisa.

Uma outra pesquisa em andamento utiliza imagens de satélites e dados de sensoriamento remoto. Além de cara, adapta-se mais a culturas de grande densidade e forte concentração espacial. Quando a área é de um *mix* de produtos (policultura), como por exemplo Santa Catarina, ela perde a sua qualidade enquanto pesquisa de previsão de safras, e é mais apropriada à avaliação da produtividade, dos padrões tecnológicos e das práticas agrícolas.

■ *O senhor acredita que a previsão de safras através de métodos objetivos (sensoriamento remoto) é viável num país com estas dimensões e diversidades climáticas e ecológicas?*

— A dificuldade para sua aplicação não é particularidade do Brasil. Em nenhum país ela é utilizada de forma sistemática como uma pesquisa de previsão de safras que dê conta de todas as necessidades de informações com essa finalidade.

■ *O acompanhamento das lavouras (LSPA) é bastante eficiente e tempestivo; já as pesquisas relativas ao acompanhamento da produção de origem animal deixam a desejar. Não há desdobramentos estaduais e sua divulgação é feita com muita defasagem. Por quê?*

— No caso da produção de informações das lavouras, começa-se com a Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias (Comea). Temos em vários municípios brasileiros um conselho, onde congregamos o agente do IBGE, o chefe da agência e o chefe da carteira de crédito rural do Banco do Brasil, uma pessoa da cooperativa, do sistema de extensão rural da região, o principal vendedor de insumos, entre outros, e a partir daí vão surgindo informações a respeito da safra e dos principais produtos de cada área. Em algumas regiões, também contamos com a Comissão Regional de Estatísticas Agropecuárias (Corea), sob a forma de comissões regionais com as mesmas características, e depois essas informações vão sendo agregadas pelo Grupo de Coordenação e Estatísticas Agropecuárias (Gecea) em nível de estado, com participação dos principais órgãos estaduais públi-

cos e privados ligados ao setor. As informações são regularmente repassadas ao Rio de Janeiro, para a reunião mensal da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias — Cepagro —, que faz a avaliação e a validação dos dados em âmbito nacional. Aí já contamos com a participação de técnicos de várias áreas do IBGE, do Ministério da Agricultura, da Conab e outras instituições convidadas, como do Centro de Estudos Agrícolas — CEA — da Fundação Getulio Vargas. No caso das informações da área de produção animal, trabalhamos com amostras e painéis, a partir dos quais realizamos investigações *in loco*. Vamos a campo coletar as informações, o que obviamente implica defasagens no fechamento da coleta, de tratamento das informações e até de divulgação. Essa defasagem poderia ser reduzida com a agilização desse processo, mas em que pese todo o esforço desenvolvido pelo IBGE através dos anos, é preciso lembrar que éramos 14 mil pessoas, em 1990, e hoje somos menos de 9 mil em todo o Brasil. Cada vez mais a gigantesca operação de levantamento de informações se torna uma questão complicada. Temos investido muito em mudanças de procedimentos metodológicos e tecnológicos que aumentem a produtividade e a eficiência das informações, mas isso tem um limite. Se não houver reposição de pessoas do quadro do IBGE, teremos sérios problemas para produzir essas informações. Espero que as providências que estão sendo tomadas não deixem que se chegue a esse ponto.

■ *O armazenamento é uma das fases básicas da atividade do agribusiness, e o IBGE realiza uma pesquisa de estoques. Por que esses dados são tão pouco divulgados?*

— Os dados não são pouco divulgados. Tentamos fazer essa pesquisa três vezes ao ano, mas como vimos que isso seria inviável, começamos a fazê-la de seis em seis meses. E como nessa questão de estoques os dados servem para decisões de curto prazo, e o estoque está mudando a cada momento, é preciso divulgar os resultados muito próximo da ocorrência da medição. Talvez mais importante do que entendê-la como pesquisa para decisões de curto prazo seja acompanhar as séries dessas informações juntamente com as de produção, consumo, industrialização, exportação, importação, preços etc., e tentar inferir subsídios para as políticas agrícolas. Gostaríamos de disponibilizá-las a curtíssimo prazo, em cima da ocorrência do evento. Mas a amplitude da pesquisa, tanto espacial como quanto ao número de informantes, e a fase de crítica e processamento das informações acabam gerando certa defasagem na divulgação. Seria necessário dispor de coleta eletrônica de grande capacidade e crítica instantânea, para divulgá-las em curto prazo. Um investimento que não é simples. Se estivéssemos pesquisando apenas os armazéns oficiais, os armazéns das principais redes de distribuição e dos principais atacadistas brasileiros, seria bem mais fácil. Só que existem também os produtores, seus silos e armazéns etc.

■ *E as novidades do censo?*

— Em primeira mão, a principal novidade — pelo menos até agora, pois ainda podem surgir outras — é a diminuição significativa do número de estabelecimentos agropecuários: devemos ter uma redução de 35% de unidades no Nordeste, 20% no Sul e 30% para a média do Brasil. Isso não significa que haja uma subenumeração por parte do IBGE. Até porque já verificamos que estamos obtendo uma área cultivada maior do que a verificada em censos anteriores.

O censo temático foi substituído por um censo cadastral, que se mantém atualizado através de pesquisas periódicas.

■ *O que está por trás dessa diminuição?*

— Especulando sobre três questões que poderiam estar relacionadas a isso, eu falaria primeiro da mudança da data de referência das informações. Dependendo do momento em que se faz a coleta de dados — e a iniciamos em agosto, quando em censos anteriores iniciamos em janeiro —, deixam de ser captadas determinadas unidades temporárias de produção. Como se trata do ano agrícola, a investigação em várias áreas é feita em períodos de entressafra, deixando de fora os estabelecimentos agropecuários que não são propriedades, mas unidades de produção constituídas ao longo da safra.

Um outro fator é o processo de concentração de áreas, experimentado de 1985 para cá, que obviamente deve ter aumentado o tamanho médio das propriedades. O sul do Maranhão é um exemplo típico de processo extremamente acentuado de incorporação e concentração de áreas.

A continuação, embora em ritmo mais lento, do processo de migração rural-urbana em algumas situações também pode ter contribuído. E boa parte das pes-

soas que permaneceram, principalmente idosos — os filhos migraram —, agora tem acesso ao Funrural, e cessaram suas precárias atividades econômicas. Essas são algumas pistas iniciais. Existem, evidentemente, várias outras que dependerão da apuração de todos os dados para podermos realizar análises mais aprofundadas.

■ *A produção do Mercosul já foi objeto de um levantamento estatístico, cujo primeiro número coube ao IBGE editar; mas deveria haver outros, que seriam publicados pelos países parceiros em sistema de rodízio. Foram feitos?*

— O Brasil editou o primeiro levantamento em 1992 e o segundo foi publicado no mês passado pela Argentina. O levantamento é importante porque consolida um conjunto de informações relevantes no âmbito do Mercosul; é como um anuário estatístico da região. Mais importante ainda é destacar o fato de que os países do Mercosul realizam os seus censos com base no ano agrícola. Isso quer dizer que o nosso censo está ajustado para a inserção do Brasil nesse bloco. Os órgãos de estatística dos países do Mercosul vêm fazendo um esforço sistemático para harmonizar suas informações. Eles estão formando uma base de dados e buscando padronizar seus procedimentos metodológicos. Aliás, devemos assinar no ano que vem um convênio com a Comunidade Européia para desenvolver um trabalho estatístico de padronização, visando a unificar a produção de informações na região do Mercosul. É um convênio de três anos de duração e recursos da ordem de 6 milhões de ECUs, a moeda da Comunidade, sendo 4 milhões desembolsados por eles. Já incorporamos inclusive a participação dos presidentes dos órgãos de estatística do Chile e da Bolívia na última reunião realizada no IBGE, em dezembro, que contou também com a presença do pessoal da Europa.

■ *Já se pensou em realizar algum tipo de censo agropecuário para o Mercosul, ou em definir uma simultaneidade nas pesquisas de campo que esses países realizam sobre suas lavouras e agroindústrias?*

— Creio que todos esses países realizam pesquisas mensais sobre lavouras e agroindústrias. Há uma pesquisa mensal de acompanhamento de conjuntura e uma pesquisa anual de acompanhamento de estrutura. Adicionalmente, no caso da agropecuária, pode-se ter o censo, cuja periodicidade é diferente entre os países. É lógico que seria interessante que todos os países realizassem seus censos simultaneamente, só que, entre desejo, necessidade e efetividade, vai uma distância muito grande. Trata-se de operações muito caras, e os países não têm conseguido manter uma periodicidade sistemática dessas investigações censitárias.

A principal novidade do censo é a diminuição do número de estabelecimentos agropecuários: devemos ter uma redução de 35% no Nordeste, 20% no Sul e 30% para a média do Brasil.

■ *Que lhe parece a idéia argentina de cobrar uma taxa de estatística, para reformar seu sistema oficial de estatística?*

— Confesso que não gosto da idéia. Se a produção de informações é algo que conta e se isso é importante em todo o país, que se fortaleçam os órgãos responsáveis. Que os recursos saiam do orçamento do Estado como uma decisão política, tomada muito claramente. Prefiro que seja assim.

■ *Mas o que aconteceu na Argentina?*

— O sistema estatístico da Argentina vinha passando por uma crise violenta, e foi sucateado nos últimos anos. Sei que alguma coisa melhorou recentemente, embora não possa avaliar a extensão das mudanças. Nem se isso ocorreu por aporte de recursos, se foi uma questão gerencial ou ambas combinadas.

■ *Como se encontra o Brasil no que diz respeito a técnicas e disponibilidade da informação ante os parceiros do Mercosul?*

— Eu diria que vai bem. Nosso censo é de boa qualidade, exaustivo, e estaremos extremamente atualizados num momento importante. Tais informações são indispensáveis para a discussão do processo de inserção do país nos diversos blocos econômicos, além das questões de política agrícola e agrária. Estamos vivendo o momento da consolidação de uma nova política agrícola para o país, além da discussão e da tentativa de consolidar uma nova política agrária. Além do mais, temos um elenco amplo de pesquisas anuais e mensais, algumas passando por importantes reformulações, o que nos deixa tranqüilos quanto a estarmos cumprindo adequadamente nosso papel de produtor de informações.

Entrevista de Luís Martins